

SUMÁRIO

ABREVIATURAS.....	7
INTRODUÇÃO: DIREITO CLIMÁTICO, CIÊNCIA DA TERRA E LIMITES PLANETÁRIOS NO ANTROPOCENO.....	17
INGO WOLFGANG SARLET, GABRIEL WEDY E TIAGO FENSTERSEIFER	
CAPÍTULO I. TEORIA GERAL DO DIREITO CLIMÁTICO.....	27
INGO WOLFGANG SARLET E TIAGO FENSTERSEIFER	
1. Estado de emergência climática e limites planetários na nova época geológica do Antropoceno.....	27
1.1. Ciência da Terra, Limites Planetários, Mudanças Climáticas e <i>Tipping Point</i> (ou “Ponto de Não Retorno”) Climático.....	27
1.2. <i>Tipping point</i> de “Savanização” da Floresta Amazônica, desmatamento e mudanças climáticas.....	37
2. A legitimação social dos valores ecológicos e climáticos.....	40
2.1. A proteção jurídica dos “ativistas ou defensores climáticos” como premissa ao exercício efetivo dos direitos ambientais de participação (Acordo de Escazú de 2018).....	47
2.2. Os deslocados, refugiados e migrantes ambientais (e climáticos).....	49
3. Da ética ecológica à ética climática.....	52
4. Desenvolvimento histórico-evolutivo do Direito Internacional Climático.....	56
4.1. Do Direito Internacional Ambiental ao Direito Internacional Climático.....	57
4.2. Direitos humanos, meio ambiente e mudanças climáticas.....	60
4.2.1. Relatoria Especial sobre “Direitos Humanos e Meio Ambiente” do Alto Comissariado para Direitos Humanos da ONU.....	68
4.2.2. Relatoria Especial sobre Direitos Humanos e Mudanças Climáticas do Conselho de Direitos Humanos da ONU.....	69
4.3. Direito Internacional Climático: a Carta do Clima da ONU.....	70
4.3.1. Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima (1992).....	72
4.3.2. Protocolo de Quioto (1997).....	75
4.3.3. Acordo de Paris (2015).....	75
5. Objeto do Direito Climático.....	81
5.1. A dimensão climática do bem jurídico ambiental e o clima como bem jurídico autônomo.....	81
5.1.1. O clima como elemento do meio ambiente natural.....	81

5.2.	O clima (ou sistema climático) como bem jurídico autônomo	84
5.3.	O Direito Climático (ou Direito das Mudanças Climáticas) como nova disciplina jurídica autônoma?	86
6.	Fontes do Direito Climático	88
6.1.	Considerações Gerais	88
6.2.	Sistema normativo multinível e pluralidade de fontes do Direito Climático...	91
6.3.	A incorporação, com status constitucional (ou, ao menos, supralegal), dos tratados internacionais em matéria climática (art. 5º, §§ 2º e 3º, da CF/1988)...	99
6.4.	O controle de “convencionalidade” climático da legislação infraconstitucional nacional (como dever “ <i>ex officio</i> ” de Juízes e Tribunais)	103
7.	Princípios do Direito Climático.....	107
7.1.	Introdução	107
7.2.	Princípio da dignidade da pessoa humana (e sua dimensão climática).....	110
7.3.	Princípio da integridade dos sistemas ecológico e climático	114
7.4.	Princípio do desenvolvimento sustentável (e princípio da descarbonização da economia e da matriz energética)	118
7.4.1.	A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU e os seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	126
7.4.2.	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, limites planetários e “economia Donut” (Kate Raworth) ...	128
7.4.3.	Princípio do consumo sustentável (e “amigo do clima”).....	130
7.4.4.	Princípio da adoção prioritária de soluções baseadas na Natureza.....	134
7.5.	Princípio do poluidor-pagador (e princípio do emissor-pagador).....	136
7.5.1.	Princípio do protetor-recebedor (ou provedor-recebedor) e pagamento por serviços climáticos.....	140
7.6.	Princípio da prevenção	141
7.7.	Princípio da precaução.....	144
7.8.	Princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas.....	148
7.9.	Princípio da solidariedade e equidade intergeracional	153
7.10.	Princípio da cooperação (nacional e internacional)	157
7.11.	Princípio da justiça climática (e da não discriminação)	161
7.12.	Princípio da participação pública (e direitos climáticos de participação)	165
CAPÍTULO II. O DIREITO CLIMÁTICO NO BRASIL: REGIME JURÍDICO CONSTITUCIONAL E INFRA-CONSTITUCIONAL		167
INGO WOLFGANG SARLET E TIAGO FENSTERSEIFER		
Introdução: constitucionalismo climático e Estado de Direito Climático.....		167
1.	O regime constitucional de proteção climática na Constituição de 1988	169
1.1.	O clima como bem jurídico de status constitucional	169

1.2.	O direito fundamental ao clima limpo, saudável e seguro e o seu regime jurídico-constitucional.....	173
1.2.1.	Titularidade do direito fundamental ao clima atribuído às futuras gerações?	180
1.3.	As perspectivas subjetiva e objetiva do direito fundamental ao clima	183
1.4.	Deveres estatais de proteção climática e vinculação do Estado (Estado-Legislador, Estado-Administrador e Estado-Juiz).....	186
1.4.1.	Deveres estatais de proteção e proibição de proteção deficiente ou insuficiente em matéria climática	198
1.4.2.	Deveres estatais de transparência (passiva, ativa e reativa) em matéria climática (à luz do IAC 13 do STJ).....	203
1.5.	Deveres fundamentais climáticos (dos particulares)	205
1.6.	A perspectiva organizacional e procedimental do direito fundamental ao clima limpo, saudável e seguro	207
1.6.1.	Os direitos climáticos de participação: acesso à informação, participação pública na tomada de decisão e acesso à justiça	208
1.7.	A eficácia do direito fundamental ao clima nas relações entre particulares ou privadas (ou eficácia horizontal)	210
1.8.	O direito-garantia ao mínimo existencial climático e o controle judicial de políticas públicas	212
1.9.	Proibição de retrocesso e dever de progressividade em matéria climática.....	218
1.9.1.	Princípios da proibição de retrocesso e da progressividade em matéria climática e o Acordo de Paris (2015)	224
1.10.	Status supralegal dos tratados internacionais em matéria climática e o dever “ <i>ex officio</i> ” de controle de convencionalidade a cargo dos juízes e tribunais nacionais	226
1.11.	Estado de coisas inconstitucional climático (e litígios estruturais climáticos)	226
1.11.1.	Caso PPCDAM (ADPF 760/DF).....	231
1.11.2.	Caso das Queimadas (ADPF 743/DF, 746/DF e 857/DF).....	232
1.12.	Competências constitucionais legislativa e administrativa em matéria climática	232
1.12.1.	O papel do Poder Judiciário na resolução de conflitos entre normas ambientais e climáticas provenientes de diferentes entes federativos e o critério da prevalência da norma mais protetiva ao meio ambiente e ao clima (e o princípio <i>in dubio pro natura et clima</i>).....	240
2.	O regime infraconstitucional de proteção climática	245
2.1.	Introdução	245
2.2.	Lei da Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 12.187/2009).....	250
2.2.1.	Considerações gerais.....	250
2.2.2.	Conceitos da Lei 12.187/2009 (art. 2º).....	251
2.2.3.	Princípios da PNMC (art. 3º, <i>caput</i>)	252

2.2.4.	Deveres climáticos do Estado e medidas de execução da PNMC (art. 3º, I, II, III, IV e V).....	253
2.2.5.	Objetivos da PNMC (art. 4º).....	254
2.2.6.	Diretrizes da PNMC (art. 5º).....	255
2.2.7.	Instrumentos da PNMC (art. 6º)	256
2.2.7.1.	Os Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm), no Cerrado, na Mata Atlântica, na Caatinga, no Pampa e no Pantanal (Decreto 11.367/2023).....	258
2.2.8.	Fundo Clima ou Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC).....	259
2.2.9.	Instrumentos institucionais da PNMC (art. 7º).....	259
3.	Lei do Mercado de Carbono ou Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa – SBCE (Lei 15.042/2024)	261
3.1.	Considerações gerais.....	261
3.2.	Conceitos	262
3.3.	Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE)	266
3.3.1.	Princípios do SBCE.....	266
3.3.2.	Características do SBCE.....	267
3.3.3.	Estrutura, governança e competências no âmbito do SBCE.....	268
3.3.4.	Ativos integrantes do SBCE	271
3.4.	Agentes regulados e obrigações.....	271
3.5.	Oferta voluntária de créditos de carbono	272
3.5.1.	Titularidade dos créditos	272
3.5.2.	Certificados de Redução ou Remoção Verificada de Emissões e Créditos de Carbono em Áreas Tradicionalmente Ocupadas por Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais	273
4.	Lei de Adaptação Climática (Lei 14.904/2024).....	275
5.	Lei da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei 12.608/2012) e os deslocados, refugiados e necessitados em termos climáticos	277
6.	Lei dos Crimes e Infrações Administrativas Ambientais (Lei 9.605/1998) e tipificação de crimes e infrações administrativas relacionadas à poluição atmosférica e climática	282
7.	Legislação infraconstitucional com reflexos na proteção climática.....	285
7.1.	Código Florestal de 2012 (Lei 12.651/2012)	285
7.2.	Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei 9.985/2000).....	287
7.3.	Lei da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (Lei 14.119/2021) e os serviços ecossistêmicos climáticos	287
7.4.	Educação climática e para desastres (Lei 14.926/2024)	288

8.	Responsabilidade civil e mudanças climáticas	289
8.1.	Poluidor climático e o princípio do emissor-pagador	292
8.2.	Dano climático	293
CAPÍTULO III. LITIGÂNCIA CLIMÁTICA: INSTRUMENTOS PROCESSUAIS EXTRAJUDICIAIS E JUDICIAIS DE PROTEÇÃO DO CLIMA E JURISPRUDÊNCIA CLIMÁTICA (NACIONAL, COMPARADA E INTERNACIONAL).....		297
GABRIEL WEDY		
	Introdução.....	297
1.	Governança judicial climática: os deveres estatais de proteção e o direito fundamental à integridade do sistema climático	310
2.	O papel da sociedade civil na litigância climática: participação na organização, procedimento e controle social em matéria climática	313
2.1.	O Direito Climático no Brasil	315
2.2.	Litígios Climáticos: considerações gerais sobre a Política Nacional das Mudanças Climáticas no Brasil – PNMC.....	318
2.3.	Litígios Climáticos e legislação infraconstitucional relativa às mudanças climáticas. Legislação infraconstitucional esparsa e regulação climática ...	326
2.4.	Litígios Climáticos e Lei da Política Nacional dos Resíduos Sólidos	330
2.5.	Litígios Climáticos e Lei da Política Nacional da Biodiversidade.....	331
2.6.	Litígios Climáticos e Lei de Proteção de Florestas	333
2.7.	Litígios Climáticos e Lei dos Recursos Hídricos	336
2.8.	Lei da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil	340
2.9.	O papel dos municípios no cenário de aquecimento global.....	343
3.	Instrumentos processuais extrajudiciais e judiciais de proteção climática	348
3.1.	Instrumentos processuais climáticos em espécie	349
3.1.1.	Ação Civil Pública Climática.....	351
3.1.2.	Ação Popular Climática	353
3.1.3.	Mandado de Segurança Coletivo Climático.....	355
3.1.4.	Mandado de Injunção Climático	356
3.1.5.	Ação Direta Climática de Inconstitucionalidade de Lei ou Ato Normativo.....	358
3.1.6.	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão Climática.....	359
3.1.7.	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental Climático	359
3.1.8.	Processo administrativo climático.....	360
3.1.9.	O Estado da Arte dos Litígios Climáticos	372
4.	Litígios climáticos no Brasil: Análise de Precedentes	389
4.1.	Litígios climáticos e o Supremo Tribunal Federal	392
4.2.	Litígios climáticos: precedentes do Superior Tribunal de Justiça	408

4.3.	Litígios climáticos no âmbito da justiça federal	418
4.4.	Litígios climáticos no âmbito da justiça estadual	424
5.	Litígios climáticos no direito internacional e comparado: os refugiados ambientais e climáticos	428
5.1.	Direito Internacional das Mudanças Climáticas – Princípios gerais de direito internacional das Mudanças Climáticas, tratados gerais e especiais e o assim chamado “ <i>Soft Law</i> ”	433
5.2.	Notas introdutórias sobre os litígios climáticos no âmbito do direito internacional	433
5.3.	A relevância da assim chamada diplomacia ecológica no âmbito do direito internacional das mudanças climáticas.....	435
5.4.	Litígios climáticos e os princípios gerais do Direito Internacional das Mudanças Climáticas	437
5.4.1.	Do princípio da Precaução.....	438
5.4.2.	O princípio do desenvolvimento sustentável	445
5.4.3.	O princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas...	448
5.4.4.	Princípio da equidade intergeracional	450
5.5.	Tratados Internacionais e o papel da Jurisprudência e órgãos de controle e monitoramento. O Sistema da ONU	451
5.6.	A Corte Internacional de Justiça e a ameaça urgente e existencial das mudanças climáticas	475
5.7.	A União Europeia e o sistema da Convenção Europeia de Direitos Humanos....	478
5.8.	Litígios Climáticos e o Sistema Interamericano.....	486
5.9.	O Tribunal Internacional do Direito do Mar e as Mudanças Climáticas	490
5.10.	Litígios climáticos e o papel do assim chamado “ <i>Soft Law</i> ”	492
5.11.	Governança Ambiental Climática Cooperativa e Transnacional.....	493
5.12.	Litígios climáticos e o direito humano a um clima estável.....	493
6.	Análise de casos no âmbito do direito estrangeiro	497
6.1.	Litígios Climáticos nos Estados Unidos	497
6.2.	Litígios Climáticos na Alemanha.....	510
6.3.	Litígios Climáticos na Holanda	522
6.4.	Litígios Climáticos no Paquistão.....	528
6.5.	Litígios Climáticos na Irlanda.....	530
6.6.	Litígios Climáticos na França.....	533
6.7.	Litígios Climáticos na China	539
6.8.	Litígios Climáticos na Argentina	541
6.9.	Litígios Climáticos no Canadá	545
6.10.	Litígios climáticos na Itália	548

ANEXOS

ANEXO I. TABELA DE DIREITO CLIMÁTICO.....	549
ANEXO II. PRINCIPAIS RESOLUÇÕES DO CONAMA SOBRE POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA	557
ANEXO III. I JORNADA JURÍDICA DE PREVENÇÃO E GERENCIAMENTO DE CRISES AMBIENTAIS DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL (CJF)	561
ANEXO IV. BASES DE DADOS PARA PESQUISA SOBRE CASOS DE LITIGÂNCIA CLIMÁTICA NO BRASIL E NO MUNDO	563
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	565